

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 16

CORREIO DE UBERLÂNDIA - ON LINE - MG - CÂMARA DOS DEPUTADOS
ANFIP

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Estudo alerta sobre risco de aperto fiscal sem mexida na Previdência..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Com déficit de R\$ 49,7 bilhões, previdência é foco de atenção 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência de militares tem maior rombo entre regimes.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Qual esfera federativa está em pior situação financeira? (Artigo).....12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Defesa entra na mira do pacote de cortes de gastos do governo.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

STF dá um bom impulso à reforma administrativa - FERNANDO EXMAN.....16

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SAQUE ANIVERSÁRIO

Ministério da Defesa vai ser incluído no pacote do corte de gastos.....18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os desafios do agro ante a reforma tributária (Artigo)..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote passa por mudança no reajuste do mínimo.....20

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senadores pedem isenção de castanhas, açaí, pamonha e bacalhau na cesta básica da reforma tributária 21

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula recebe Pacheco no Planalto23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Alckmin: redução "é tendência no mundo inteiro"24

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Ata do COPOM reforça alertas sobre gastos públicos25

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O puxão de orelha do Banco Central (Editorial)..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

BC vê risco de "prolongamento" de alta dos juros..... 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Contribuição da caserna..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inflação acelera mais para baixa renda, calcula Ipea..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BC indica alta de 0,5 ponto na Selic, mas mercado vê chance de aceleração..... 31

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

Por: Redação

Representantes de diversas categorias de **servidores públicos** criticaram nesta terça-feira (12), em audiência pública na Câmara dos Deputados, a maneira como o governo federal vem conduzindo as mesas de negociações sobre reajustes salariais e reestruturação de carreiras. Durante o debate promovido pela Comissão de Administração e Serviço Público, eles sugeriram a definição de regras claras sobre negociações coletivas na administração pública e a regulamentação do direito de greve.

Segundo os representantes de sindicatos e associações de servidores, o governo Lula acertou ao abrir as mesas de negociação após um período de "desmonte" e "sem reajustes", mas acabou frustrando grande parte do funcionalismo ao longo do processo.

Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), entidade que representa 33 associações e sindicatos que congregam cerca de 200 mil servidores, Rudinei Marques criticou o andamento negociações, ressaltando que "foram mal conduzidas". Ele relatou ainda a imposição de um "contrato de adesão".

"A negociação foi mal conduzida e um contrato de adesão foi jogado na mesa assim: assina, senão você tá fora. Isso foi feito conosco e com várias entidades, que foram submetidas a essa pressão", disse.

Marques defendeu regras claras para a negociação salarial no serviço público, incluindo a regulamentação do direito de greve. "Precisamos fazer tramitar então a lei de negociação coletiva no serviço público, com regras bem definidas, a lei do direito de greve, e, por fim, a lei da organização sindical", acrescentou.

Coordenadora de Administração e Finanças da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil, Márcia Abreu destacou que a greve de 113 dias realizada neste ano refletiu a insatisfação dos servidores com um plano de cargos e salários de mais de 20 anos. Ela informou que o acordo firmado com a categoria prevê um reajuste de 9% para janeiro

de 2025 e de 5% em abril de 2026, mas deixou clara a frustração dos servidores com 0% de reajuste em 2024.

Representando o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, Karla Bertotti criticou a lentidão do governo federal em atender as demandas da categoria após mais de 100 dias de greve. "Existem alguns pontos do acordo que não estão sendo cumpridos ou estão sendo cumpridos de forma lenta", disse.

O debate foi proposto pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) e pelo deputado Rogério Correia (PT-MG). "Eu quero dizer que estamos anotando ponto a ponto e que, evidentemente, para nós foi um avanço levarmos os sindicatos até uma mesa negocial, mas, ao mesmo tempo, é importante que apontemos todas as inconsistências ainda decorrentes desse processo", disse a deputada.

Ela informou ainda que terá uma reunião amanhã com a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e sugeriu que as entidades encaminhem por escrito as principais pendências das negociações.

Também participaram da audiência representantes da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; dos funcionários do Banco Central; e da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal.

Notícias Relacionadas:

DEBATE PARAÍBA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
JORNAL A CIDADE - ONLINE - MS

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
GRUPO ABC NEWS - ONLINE - SP

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
ACRE AO VIVO

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
ACONTECE MT - MT

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão

em negociações salariais
PORTAL NA - ITAJAÍ - SC
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
A NOTÍCIA DIGITAL - PONTA GROSSA - PR
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
INTELIGÊNCIA BRASIL IMPRENSA - ONLINE
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
PORTAL SANJOANENSE- SÃO JOÃO DO PIAUÍ- PI
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
PLANTÃO MS
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
REDE CEARÁ TV
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
OESTE 360 - ONLINE - SP
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
O REPÓRTER REGIONAL - SP
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
RAIZ POPULAR - SÃO PAULO - SP
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
DIGA NOTÍCIAS - CAMAÇARI - BA
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
DIGA NOTÍCIAS - CAMAÇARI - BA
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
PIAUI NEWS - TERESINA - PI
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
PORTAL RIBEIRA - SP
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
PORTAL BRASIL NEWS - PONTA GROSSA - PR
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
ROSÁRIO NEWS - ROSÁRIO OESTE - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
RADAR DIGITAL BRASÍLIA
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
MT PLAY - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
O ESTADÃO - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
LINK GERAL - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
WEBTV MATO GROSSO - RONDONÓPOLIS - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
PRIMEIRA NOTÍCIA - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
PORTAL PARANATINGA - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
FATO DA NOTÍCIA
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

360 FATOS - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
PORTAL NOTÍCIAS MT - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
MAIS NOTÍCIAS MT - RONDONÓPOLIS - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
CENÁRIO NEWS - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
MOMENTO MT - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
O EMPALLADOR - VÁRZEA GRANDE - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
O EMPALLADOR - VÁRZEA GRANDE - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
NG NOTÍCIAS - NOVA GUARITA - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
NG NOTÍCIAS - NOVA GUARITA - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
O DOCUMENTO - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
BOLA NEWS - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
EXCLUSIVO NEWS - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
DIÁRIO DIGITAL MT - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
MT PRESS
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
LOCAL MT - RONDONÓPOLIS - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
PORTAL MATO GROSSO - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
SINOP EM FOCO - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
SINOP EM FOCO - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
PORTAL MT - RONDONÓPOLIS - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
RESUMO DIGITAL - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
RESUMO DIGITAL - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
NOTÍCIA MARAJÓ - BELÉM - PARÁ
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
LAPADA LAPADA - CUIABÁ - MT
Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais
JEREMOABO.COM - JEREMOABO - BA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

CADERNO POLÍTICO - BRASÍLIA - DF

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

ACRELÂNDIA NEWS - AC

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

THAP NOTÍCIAS

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

REPÓRTER PARÁ

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

PORTAL DA FEIRA - FEIRA DE SANTANA - BA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

BAHIA REVISTA - CANDEIAS - BA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

SÃO ROQUE ON - TERESINA - PI

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

ARENA DE NOTÍCIAS - GO

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

MS EM PRIMEIRA MÃO

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

CLIC PORTELA - TENTENTE PORTELA - RS

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

CONJUNTURA ATUAL - BA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

ESTADÃO DA PARAÍBA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

MT 40 GRAUS - MT

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

GAZETA DO DIA - SORRISO - MT

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

RADAR MT - RONDONÓPOLIS - MT

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

ÂNCORA NOTÍCIAS - MT

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

TA NO SITE - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PR

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

O ALFENENSE - ALFENAS - MG

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

INFORME 86 - TERESINA - PI

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

MARACANAUENSE - MARACANAÚ - CE

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

NEWS 345 - ANÁPOLIS - GO

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

FOLHA DO AMAPÁ ONLINE - AMAPÁ - AP

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

OSVALDO BATISTA - JEQUIÉ - BA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

em negociações salariais

PANTANAL EM DIA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

MARECHAL NEWS - PR

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

MANCHETE POLÍTICA - ONLINE - SP

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

VEJA POPULAR - CUIABÁ - MT

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

PORTAL BRASILEIRA - BRASILEIRA - PI

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

JORNAL MARIA QUITERIA ONLINE

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

INFORMATIVO PLÁCIDO - AC

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

PORTAL NOVO NORTE - PALMAS - TO

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

AGORA ES ONLINE - VITÓRIA - ES

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

TRIBUNA DO SERTÃO ONLINE - AL

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

MIRANTE DA BOCAINA - LAVRAS - MG

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

VAMOS ADIANTE - BA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

PÁGINA DE POLÍCIA - SALVADOR - BA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

IMARANHENSE - SÃO LUÍS - MA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

GIRO 1 - SÃO PAULO - SP

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

PANORÂMICA NEWS - BOA VISTA - RR

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

ALÔ PIAUÍ

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

ALÔ PIAUÍ

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

PORTAL TV CARIRI - PB

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

TRIBUNA PIAUÍ - ONLINE

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

O SERVIDOR PÚBLICO - SALVADOR - BA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

TRIBUNA DO POVO - GURUPI - TO

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

RAIZ PAULISTA - SÃO PAULO - SP

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

MT AGORA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

JORNAL DE UBERABA ONLINE - UBERABA - MG

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

PANORAMA GOIÁS - GO

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

TV CAETÉ ONLINE - CAETÉ - MG

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

NORTÃO NEWS - SINOP - MT

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

PORTAL CHAPADA GRANDE - PICOS - PI

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

DIÁRIO CG - ONLINE - MS

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

TV INTERBAM ONLINE - BAMBUÍ - MG

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

É DESTAQUE BRASÍLIA - DF

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

BOLETIM POLITICO - SP

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

CONEXÃO AMAZONAS

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

JORNAL NOTÍCIA EXTRA - GO

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

AGÊNCIA CÂMARA - PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

BLOG DO HP - ABREULÂNDIA - TO

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

GAZETA DOS MUNICÍPIOS - SALVADOR - BA

Servidores públicos criticam governo federal por falhas e lentidão em negociações salariais

Site:

<https://jornalcorreiodeuberlandia.com.br/noticia/59844/servidores-publicos-criticam-governo-federal-por-falhas-e-lentidao-em-negociacoes-salariais>

Estudo alerta sobre risco de aperto fiscal sem mexida na Previdência

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA / GIORDANNA NEVES

No mesmo estudo em que destacou o peso das despesas indexadas ao salário mínimo nas contas públicas federais, o ex-secretário de Orçamento e consultor da Câmara Paulo Bijos indica ainda que o governo deverá sentir os efeitos do aperto fiscal já no curto prazo, entendido como 2026 (o último ano do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva), se não corrigir a rota das despesas e incluir a **Previdência Social** no pacote de corte de gastos defendido pela equipe econômica.

O crescimento dessas despesas, na prática, diminui o espaço para o governo investir em outras áreas, como Saúde, Educação e infraestrutura, e, segundo economistas, aumenta o risco do chamado "shutdown" - ou seja, de um apagão na máquina pública.

Para Bijos, benefícios previdenciários deveriam ser corrigidos pela **inflação**, evitando corrosão e perdas reais, e qualquer ganho real deveria ser avaliado à luz do equilíbrio da **Previdência Social** e da situação fiscal do País. A vinculação atual pode inibir a valorização real do salário mínimo, causando um efeito contrário ao pretendido e anunciado pelo governo, justamente por causa da "amarra fiscal", de acordo com ele.

"Em cenários restritivos, de estrangulamento fiscal, isso pode ser obstáculo a aumentos reais do salário mínimo.

Por sua vez, a desindexação em análise permitiria, em tese, que trabalhadores fossem beneficiados por aumentos reais do salário mínimo sem que isso provocasse desequilíbrio das contas públicas." REAÇÃO. Uma das medidas em discussão pela equipe econômica - e que aguarda o sinal verde de Lula - prevê atrelar o crescimento do salário mínimo ao teto para as despesas estabelecido no arcabouço fiscal, de até 2,5% ao ano acima da **inflação**. A medida poderia gerar uma economia de até R\$ 84 bilhões em dez anos, segundo estudo da XP Investimentos.

Ontem, porém, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, afirmou que cumprir o arcabouço fiscal não significa obrigatoriamente limitar

em 2,5% o aumento do salário mínimo.

"O presidente Lula afirmou que vai cumprir rigorosamente o arcabouço fiscal.

Ou seja, déficit primário será zero. Mas isso não significa obrigatoriamente limitar em 2,5% o aumento do salário mínimo", disse ele, a jornalistas.

Alckmin participa da 29.^a Conferência das Nações Unidas sobre mudanças Climáticas (COP-29), em Baku, no Azerbaijão.

**

Técnicos da Fazenda discutem corte de gastos com Defesa / GIORDANNA NEVES

Técnicos do Ministério da Fazenda vão se reunir hoje com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e com oficiais das Forças Armadas para discutir eventuais medidas para o pacote de corte de gastos em elaboração pela equipe econômica, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

O pedido para que o setor de Defesa fosse consultado foi feito, na segunda-feira, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ontem cedo, Haddad voltou a se encontrar com Lula e com ministros da área social, mas desta vez o tema da conversa foi o novo crédito consignado para trabalhadores do setor privado.

Não há até agora indicação de data para a apresentação das medidas de corte de gastos ao Congresso. A intenção do governo seria submeter previamente o pacote aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (P-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG).

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com déficit de R\$ 49,7 bilhões, previdência é foco de atenção

VINÍCIUS NEDER vinicius.neder@oglobo.com.br

O principal gasto do Ministério da Defesa é com pessoal, especialmente o pagamento de aposentadorias e pensões para servidores militares e seus familiares. As regras previdenciárias, incluindo o polêmico benefício vitalício para as filhas solteiras, que perdura até hoje, entraram na mira da Fazenda, embora haja resistência a maiores alterações na cúpula das Forças Armadas.

Em 2023, a União gastou R\$ 26,6 bilhões com pensões de servidores das Forças Armadas e familiares, segundo os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária. Outros R\$ 32,2 bilhões foram gastos com salários de militares inativos, reformados ou na reserva. O total de gastos, de R\$ 58,8 bilhões, se compara aos R\$ 31,8 bilhões de 2014, segundo o Tribunal de Contas da União.

Na visão das Forças Armadas, o pagamento de salários e benefícios ao pessoal da reserva ou reformado faz parte da manutenção das tropas. "Os proventos de militares veteranos são financiados integralmente pelo Tesouro Nacional", diz relatório do Ministério da Defesa, que subsidia o projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, "sem contribuição do militar, sem contribuição patronal".

MAIS 12.896 BENEFICIÁRIAS

Especialistas em previdência reconhecem que a atividade tem particularidades -os militares vivem em prontidão, correm riscos elevados e muitas das funções requerem aptidão e força física -e, por isso, é comum que as Forças Armadas tenham um regime especial de proteção social em vários países. Só que, no Brasil, as regras e condições seriam muito discrepantes em relação aos demais servidores.

Como os militares contribuem pouco para a previdência, houve um déficit de R\$ 49,7 bilhões ano passado - as contribuições somaram R\$ 9,1 bilhões, apenas para pensões. Elas foram introduzidas em 2000, quando as pensões vitalícias a filhas solteiras de militares mortos - consideradas uma discrepância - foram extintas.

Só que a extinção valeu só para quem entrou nas Forças Armadas de 2001 em diante. Quem entrou até

o ano 2000, teve direito garantido -desde que pagasse a contribuição. Por isso, a concessão das pensões segue crescendo. Segundo o Anuário de Gestão de Pessoas no Serviço Público 2024, lançado semana passada pela República.org, entidade que acompanha gastos públicos, de 2020 a 2024 a quantidade de filhas de militares pensionistas saltou 9,5%, para 148,2 mil. No período, 12.896 beneficiárias passaram a receber.

Na visão da gerente de Dados e Comunicação da República.org, Vanessa Capagnac, as discrepâncias têm a ver com a construção histórica de carreiras da burocracia que concentra privilégios. Além das Forças Armadas, ela citou auditores e cargos do Judiciário: - Quando falam que o salário do juiz tem que ser maior porque tem que estar à altura da missão e da responsabilidade, entendo, mas quando me descrevem isso, só penso nos professores.

Para o economista Rogério Nagamine, especialista em políticas públicas, num pacote de ajuste nas despesas, é preciso mexer na previdência dos militares, principalmente porque o sistema foi pouco afetado pela reforma de 2019, que atingiu a maioria dos trabalhadores do setor privado: - Está na hora de colaborarem mais e de haver mais convergência com as regras dos **(servidores públicos)** civis e do **INSS**.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

AS DESPESAS COM OS SERVIDORES DAS FORÇAS ARMADAS

O principal gasto do Ministério da Defesa é com pessoal, com destaque para aposentados e pensionistas

O rombo na previdência dos militares

(Em bilhões de reais)



Fonte: Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) da União e Anuário de Gestão de Pessoas no Serviço Público 2024, da República.org, com dados da Controladoria-Geral da União (CGU)

Cresce o número de pensionistas

Quem entrou nas Forças Armadas até o ano 2000, garantiu pensão para filha solteira. Número de beneficiárias ainda aumenta



EDITORIA DE ARTE

Previdência de militares tem maior rombo entre regimes

Lu Aiko Otta De Brasília

Na mira do ajuste fiscal em elaboração pelo governo e ponto a ser discutido nesta quarta-feira (13) pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e da Defesa, José Múcio, o sistema previdenciário dos militares (SPSMFA) registrou rombo de R\$49,73 bilhões no ano passado. É menos sustentável do que o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) e produz um déficit per capita 17 vezes maior.

Os dados estão num voto em separado apresentado pelo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar na apreciação das contas do governo de 2023, em junho passado. Alencar também aponta privilégios que não são pagos a **servidores públicos** civis nem a trabalhadores privados, como "morte ficta" e pensões às filhas solteiras de militares.

De acordo com o documento, a arrecadação do RGPS cobriu 65% das despesas ocorridas em 2023. No sistema previdenciário dos servidores federais civis (RPPS), a taxa de cobertura foi de 41,9%. Já no sistema dos militares, as contribuições arrecadadas cobriram apenas 15,47% das despesas ocorridas.

"O Relatório Resumido da Execução Orçamentária de dezembro de 2023 revelou que o sistema de proteção dos militares é o que impõe maior custo à sociedade, por beneficiário e, por isso, deve ser objeto de atenção, estudo e debate", pontua o ministro.

Ele compara o déficit per capita de cada sistema. No RGPS, foi de R\$ 9,4 mil. No RPPS, chegou a R\$ 69 mil. No caso dos militares, é de R\$ 159 mil. "Esses dados evocam as noções de justiça e isonomia, na avaliação dos benefícios auferidos e nas contribuições para o equilíbrio das contas públicas de cada um dos regimes ou sistema", diz no documento.

No total, o déficit dos sistemas previdenciários-RGPS, RPPS, SPSMFA e os benefícios pagos a policiais e bombeiros do DF-registraram déficit de R\$428 bilhões em 2023. "Esse resultado acende a luz vermelha, porque é 9,1% pior do que o obtido em 2022 e se aproxima do pior resultado dos últimos dez anos, correspondente aos R\$442 bi negativos de 2020."

O déficit do RGPS foi de R\$ 315,72 bilhões, enquanto o do RPPS somou R\$ 54,78 bilhões, o do SPSMFA

chegou a R\$ 49,73 bilhões e o dos policiais e bombeiros do DF, a R\$ 8,03 bilhões. O aumento do déficit foi concentrado no RGPS, cujas despesas avançaram 7,5% no período.

Após avaliar as sete mudanças nas regras previdenciárias aprovadas desde a Constituição de 1988, Alencar conclui que militares das Forças Armadas "preservaram as maiores vantagens".

Um exemplo "emblemático" é a pensão vitalícia paga a filhas solteiras de militares, "intensamente criticado pelas distorções e situações fictícias que ainda hoje induz". O benefício deixou de existir para quem ingressou na carreira após 2001. As projeções indicam que o custo desse benefício vai perdurar até 2060.

As alíquotas pagas pelos militares para financiar as pensões são menores do que as dos servidores civis (10,5%). Porém, o militar tem garantido rendimento integral quando passa à reserva, às vezes com direito a promoção. Existem ainda benefícios como uma ajuda de custo ao militar da reserva.

O TCU, diz o ministro, avalia se há amparo jurídico na chamada "morte ficta". Por esse instituto, os dependentes de um militar que tenha sido desligado por cometimento de crime comum ou grave infração disciplinar podem receber pensão. Ele acrescenta que, independentemente de haver ou não amparo jurídico, "trata-se de premiação por má conduta, que não encontra paralelo nos casos de demissão de empregados e servidores faltosos dos regimes de previdência."

A reforma previdenciária de 2019, diz Alencar no voto, impactou fortemente o RPPS, com aumento das alíquotas (que passaram a variar de 7,5% a 22%) e a possibilidade de a União instituir alíquota extraordinária em caso de déficit atuarial. As idades mínimas de aposentadoria aumentaram.

"Em relação ao SPSMFA, as mudanças foram poucas", diz. Um passo inicial, que exigiu esforços, foi obter dados e dar transparência a valores pagos e arrecadados.

A Lei 13.954/2019 trouxe mudanças que ajudam a reduzir o déficit do sistema, mas em magnitude insuficiente, aponta. O tempo de serviço para

inatividade subiu de 30 para 35 anos e os pensionistas passaram a ter de contribuir para o sistema, com alíquotas de 7,5% para 10,5%.

"Desde então, está ocorrendo lenta redução do déficit do SPSMFA, sendo que, entre 2022 e 2023, a queda foi de apenas 1%", registra. A taxa de cobertura interna das despesas do sistema subiu de 5,4% em 2019, para 15,5% em 2023.

Em contraponto ao voto de Alencar, o Ministério da Defesa divulgou em junho um documento em que afirma que o SPSMFA não é um regime previdenciário, conforme entendimento do próprio TCU. A remuneração dos oficiais na reserva é encargo do Tesouro Nacional, diz. "Assim, o montante pago aos militares veteranos não deve ser considerado no cálculo do suposto déficit."

A pasta argumenta ainda que todos os militares contribuem para a pensão militar até a morte, ao passo que os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) não contribuem. Listam também uma série de direitos assegurados aos trabalhadores privados que não existem no meio militar, como limitação do número de horas extras ou Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A reforma de 2001, lembra o Ministério da Defesa, extinguiu direitos como a pensão para filhas solteiras e adicional de tempo de serviço. Já a reforma de 2019 trouxe mudanças como o aumento das alíquotas de contribuição para pensão militar e aumento dos limites de idade para militares da ativa.

Alega ainda que o déficit do SPSMFA está em queda, ao contrário do que ocorre com o do RGPS.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Previdência de militares tem maior rombo entre regimes

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188040?page=24§ion=1>

Qual esfera federativa está em pior situação financeira? (Artigo)

Por Felipe Ludovice

Felipe Ludovice é economista. As opiniões expressadas não refletem necessariamente aquelas do Tesouro Nacional, onde atua.

Menções a "crise dos Estados" ou "penúria dos municípios" são corriqueiras na imprensa e frequentemente proferidas nas tribunas de casas legislativas Brasil afora, mas essas generalizações inevitavelmente tomam a parte pelo todo, estendendo a situação de alguns governos estaduais e municipais para caracterizar sua coletividade. Se tomados em conjunto, Estados e municípios apresentam no momento uma situação financeira mais sólida que a União.

Entre 2010 e 2023 a receita do setor público brasileiro cresceu de 36% para 38% do **PIB**, mas a forma como esse incremento foi apropriado nas receitas líquidas das três esferas federativas reforçou a característica do Brasil como um dos países mais descentralizados do mundo.

A receita líquida é aquela que sobra após os pagamentos de transferências e juros entre as esferas federativas. No Brasil, a maior parte das transferências resulta da repartição de receitas, como as arrecadadas pelo governo federal e distribuídas aos Estados e municípios por meio dos fundos de participação e as arrecadadas pelos Estados e repassadas aos seus respectivos municípios. Os juros fluem no sentido contrário, sendo pagos à União em decorrência dos refinanciamentos de dívidas realizados principalmente na década de 1990.

Em que pese o crescimento na receita do setor público, no mesmo período a receita líquida da União caiu de 20% do **PIB** para 18%, enquanto a dos Estados aumentou de 8% do **PIB** para 9,5% e a dos municípios cresceu de 8% para 10,5%. Governos estaduais e municipais, portanto, passaram a contar, conjuntamente, com uma receita líquida superior àquela do governo federal.

Esse rearranjo resultou sobretudo do aumento das transferências federais a Estados e municípios, que passaram de 6% do **PIB** para 7,5%. Desse aumento, destacam-se: a majoração no repasse ao Fundo de Participação dos Municípios, de 23,5% da arrecadação

de IR e IPI para 25,5%; o aumento na complementação da União ao Fundeb, que passou de 10% do valor do Fundo para 17% em 2023, e crescerá até alcançar 23% em 2026; o surgimento e crescimento vertiginoso das emendas parlamentares; e a decisão do STF atribuindo aos governos estaduais e municipais parcelas do IRRF que antes iam para a União.

Pelo lado dos juros, contribuiu para a queda na receita líquida federal a diminuição nos encargos cobrados dos Estados e municípios sobre suas dívidas refinanciadas, além das suspensões nos pagamentos, que decorreram de novos programas de recuperação fiscal ou de liminares obtidas na Justiça.

Especificamente no ano de 2023, para analisarmos o mais recente desse período, dos 18% do **PIB** de receita líquida que sobraram para a União, 9,5% foram utilizados para custear a **seguridade social** (benefícios de previdência do regime geral, abono salarial e seguro-desemprego) e outros 2,5% foram destinados à assistência social (Bolsa Família e benefícios de prestação continuada). Portanto, dois terços da receita líquida da União foram utilizados para pagar as despesas com seguridade e assistência social. Dos 6% do **PIB** restantes, 3,5% foram destinados aos pagamentos de servidores ativos e inativos, valor que diminuiu em relação aos 4,5% do **PIB** dispendidos em 2010. Sobraram, assim, 2,5% do **PIB** para despesas de custeio e investimento.

Idealmente, a União deveria destinar parte desse valor para pagar a fração dos juros necessária para manter sua relação dívida/**PIB** estável, o que corresponderia a pouco mais de 1,5% do **PIB** naquele ano. Não foi o que aconteceu. Os juros foram pagos com novas emissões de dívida, que também foram necessárias para complementar as despesas com custeio e investimento. Ainda assim, o investimento líquido da União, ou seja, aquele descontado pela depreciação de seu capital, foi novamente negativo, como ocorre desde 2015.

Como resultado dessas contas, em 2023 a União incorreu em seu nono déficit primário dos últimos dez anos. Essa situação contrasta com a dos governos estaduais e municipais que, se tomados em conjunto, apuraram superávits em nove dos últimos dez anos.

Essa sequência de resultados positivos nos Estados e municípios contribuiu para que sua dívida líquida caísse de 20% do **PIB** no início dos anos 2000 para 8,5% em agosto deste ano. Enquanto isso, a medida equivalente no governo federal passou de 38% do **PIB** para 55%.

Contrapondo essa impressão positiva dos governos estaduais e municipais, existem aqueles em dificuldades financeiras. Porém, estes aparentam ser casos particulares em que se observam dificuldades econômicas estruturais, má gestão, choques na capacidade arrecadatória ou uma combinação desses fatores.

Dentre os Estados, alguns daqueles com maior orçamento encontram-se em programa federal para refinar suas dívidas, contando com pagamentos minorados enquanto implementam medidas que possam eventualmente recuperar seu equilíbrio fiscal. A maioria desses Estados cresceu abaixo da média nacional nas últimas duas décadas, mas um deles se destacou nesse aspecto. Enquanto a atividade econômica do país cresceu, em termos reais, em média 2% ao ano nesse período, a taxa média de crescimento desse Estado foi de apenas 1,2%, a menor do país. Também pode ter havido em alguns desses casos um descontrole nas despesas, especialmente nas com pessoal.

Dentre os municípios, um deles experimentou uma das principais causas de crise fiscal em governos regionais e locais, que é o choque negativo de receitas. Nele, ocorreu o fechamento de uma grande fábrica de automóveis, impactando a produção local e, conseqüentemente, a arrecadação da prefeitura. Recentemente, foi anunciado que uma empresa siderúrgica ocuparia parte da antiga fábrica de automóveis, mas enquanto isso o município passou a inadimplir suas dívidas.

Esses exemplos dizem respeito a um subconjunto de Estados e municípios que requerem atenção, mas não representam a situação financeira das esferas federativas aos quais pertencem, que de forma consolidada aparentam estar em condição mais favorável que a União.

Apesar disso, ainda há ampla predisposição legislativa e judiciária para acomodar na União as dificuldades financeiras de Estados e municípios, ou extrair de seu orçamento mais concessões. Por exemplo, o Congresso Nacional debate um novo refinanciamento das dívidas estaduais (Pro-pag) cujo ponto central será limitar os juros cobrados à **inflação**, tornando-os muito inferiores ao custo de captação da União.

O intuito do projeto é socorrer alguns poucos Estados

em situação financeira precária, mas fará isso estendendo as condições financeiras favoráveis a Estados que cresceram em média mais de 4% ao ano nos últimos vinte anos. O custo do socorro, portanto, será maior que o necessário e agravará a situação financeira da União, já fragilizada ante as demais esferas.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188040?page=24§ion=1>

Defesa entra na mira do pacote de cortes de gastos do governo

Renato Souza

+

O pacote de corte de gastos do governo deve incluir também o Ministério da Defesa, pasta sob o comando de José Múcio Monteiro. O Executivo, no entanto, enfrenta resistência por parte dos militares que estavam à margem da discussão e foram poupados na Reforma da Previdência, em 2019. A preocupação maior dos integrantes das Forças Armadas é com as mudanças nas regras da Previdência militar - conhecida como sistema de proteção social. Eles argumentam que sofreram com a perda de benefícios ao longo dos últimos anos e que não poderia ocorrer contingenciamento agora.

O orçamento da Defesa é o quinto maior da Esplanada. Para o ano que vem, a proposta orçamentária enviada ao Congresso prevê R\$ 133,6 bilhões para a pasta. Desde o início dos debates sobre a revisão dos gastos, a equipe econômica defende a revisão da aposentadoria dos militares, mas a pauta não avançou, e a pasta comandada por Múcio ficou de fora das reuniões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os demais ministérios que entraram na terceira semana.

Uma das alternativas é pôr fim à pensão vitalícia para as filhas solteiras de militares. O benefício foi extinto a partir de 2001, mas mantido para os militares que entraram nas Forças Armadas até o ano de 2000. A despesa, no entanto, ainda é bilionária. Segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), os militares arrecadam cerca de R\$ 9,1 bilhões para o sistema de proteção social, enquanto o gasto atinge R\$ 58,8 bilhões.

O presidente Lula reúne-se, hoje, com José Múcio e representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Os militares sinalizaram que não acham justa a exclusão da pensão para as filhas solteiras, pois o benefício foi conquistado mediante desconto extra no soldo militar - mas aceitam negociar ajustes pontuais.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, garantiu que o tamanho do corte deve ser deliberado antes do feriado de sexta-feira. O chefe da equipe econômica fez mistério ao anunciar que uma nova pasta seria chamada para participar do plano de revisão das despesas obrigatórias. Interlocutores de Lula avaliam

que as restrições orçamentárias sobre os militares compensariam os cortes em áreas sociais, potencialmente impopulares com o eleitorado mais pobre. Por ora, segundo fontes consultadas pelo Correio, estão descartados cortes em benefícios sociais, como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada(BPC) ou alterações no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), recolhido direto pelas empresas e armazenado em uma conta destinada a cada trabalhador.

Tanto o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quanto o da **Previdência Social**, Wellington Dias, afirmam que não aceitam cortes que penalizam a população mais vulnerável. Entendem que essas medidas - o que inclui desindexar o BPC e a **Previdência Social** do salário mínimo - contrariam a agenda prometida durante do governo na eleição.

Para o economista e professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Benito Salomão, o ajuste fiscal não deve recair apenas sobre a área social nem poupar militares. É lógico que não estamos falando de um ajuste que se dará só sobre os militares. Outras áreas serão afetadas. Essa é a dificuldade da austeridade fiscal nas democracias.

O tema ainda causou repercussão nas redes sociais. No X, o senador Hamilton Mourão, general da reserva de quatro estrelas e ex-vice de Jair Bolsonaro (PL), criticou o possível corte no Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas. Ele escreveu que o governo resolveu atacar esse direito nos integrantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, e quer apresentá-los, segundo o senador, como o vilão da história .

O senador foi amplamente criticado por outros usuários na rede. Alguns perfis lembraram dados compilados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em junho deste ano, que indicam que a aposentadoria dos militares causa um deficit per capita 16 vezes superior ao registrado por segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

O pacote de corte de gastos do governo deve incluir também o Ministério da Defesa, pasta sob o comando de José Múcio Monteiro. O Executivo, no entanto,

enfrenta resistência por parte dos militares que estavam à margem da discussão e foram poupados na Reforma da Previdência, em 2019. A preocupação maior dos integrantes das Forças Armadas é com as mudanças nas regras da Previdência militar - conhecida como sistema de proteção social. Eles argumentam que sofreram com a perda de benefícios ao longo dos últimos anos e que não poderia ocorrer contingenciamento agora.

O orçamento da Defesa é o quinto maior da Esplanada. Para o ano que vem, a proposta orçamentária enviada ao Congresso prevê R\$ 133,6 bilhões para a pasta. Desde o início dos debates sobre a revisão dos gastos, a equipe econômica defende a revisão da aposentadoria dos militares, mas a pauta não avançou, e a pasta comandada por Múcio ficou de fora das reuniões do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os demais ministérios que entraram na terceira semana.

Uma das alternativas é pôr fim à pensão vitalícia para as filhas solteiras de militares. O benefício foi extinto a partir de 2001, mas mantido para os militares que entraram nas Forças Armadas até o ano de 2000. A despesa, no entanto, ainda é bilionária. Segundo relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), os militares arrecadam cerca de R\$ 9,1 bilhões para o sistema de proteção social, enquanto o gasto atinge R\$ 58,8 bilhões.

O presidente Lula reúne-se, hoje, com José Múcio e representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Os militares sinalizaram que não acham justa a exclusão da pensão para as filhas solteiras, pois o benefício foi conquistado mediante desconto extra no soldo militar - mas aceitam negociar ajustes pontuais.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, garantiu que o tamanho do corte deve ser deliberado antes do feriado de sexta-feira. O chefe da equipe econômica fez mistério ao anunciar que uma nova pasta seria chamada para participar do plano de revisão das despesas obrigatórias. Interlocutores de Lula avaliam que as restrições orçamentárias sobre os militares compensariam os cortes em áreas sociais, potencialmente impopulares com o eleitorado mais pobre. Por ora, segundo fontes consultadas pelo Correio, estão descartados cortes em benefícios sociais, como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada(BPC) ou alterações no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), recolhido direto pelas empresas e armazenado em uma conta destinada a cada trabalhador.

Tanto o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quanto o da **Previdência Social**, Wellington Dias, afirmam que

não aceitam cortes que penalizam a população mais vulnerável. Entendem que essas medidas - o que inclui desindexar o BPC e a **Previdência Social** do salário mínimo - contrariam a agenda prometida durante do governo na eleição.

Para o economista e professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Benito Salomão, o ajuste fiscal não deve recair apenas sobre a área social nem poupar militares. É lógico que não estamos falando de um ajuste que se dará só sobre os militares. Outras áreas serão afetadas. Essa é a dificuldade da austeridade fiscal nas democracias.

O tema ainda causou repercussão nas redes sociais. No X, o senador Hamilton Mourão, general da reserva de quatro estrelas e ex-vice de Jair Bolsonaro (PL), criticou o possível corte no Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas. Ele escreveu que o governo resolveu atacar esse direito nos integrantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, e quer apresentá-los, segundo o senador, como o vilão da história .

O senador foi amplamente criticado por outros usuários na rede. Alguns perfis lembraram dados compilados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em junho deste ano, que indicam que a aposentadoria dos militares causa um deficit per capita 16 vezes superior ao registrado por segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/11/6987254-defesa-entra-na-mira-do-pacote-de-cortes-de-gastos-do-governo.html>

STF dá um bom impulso à reforma administrativa - FERNANDO EXMAN

FERNANDO EXMAN

O diagnóstico é de 29 anos atrás, mas permanece atual: a crise do Estado está na raiz das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil durante longos anos, e ela se manifesta como crise fiscal, com o colapso no modo pelo qual o Estado atua na economia e, conseqüentemente, nas deficiências do próprio aparelho estatal.

Ele consta da exposição de motivos da proposta de reforma administrativa que, depois de suspensa por 17 anos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu sinal verde da Corte na quarta-feira (6).

O equacionamento dessa crise, anotaram os ministros que assinaram o documento enviado à Presidência da República e depois ao Congresso Nacional, será determinante para a retomada do desenvolvimento econômico e o atendimento da população por um serviço público de qualidade. E para isso, portanto, é preciso que se implemente novos formatos organizacionais e institucionais, uma revisão de rotinas e procedimentos no serviço público, além da substituição dos controles formais pela avaliação permanente de resultados. Em outras palavras, o fim do regime único de contratação de **servidores públicos**.

Dessa forma, as várias esferas de governo também teriam maior liberdade para a adoção de medidas de redução de seus quadros de pessoal, desde, claro, que obedecidos critérios que evitem a utilização abusiva desses instrumentos e perseguições políticas. Além de uma nova postura profissional por parte do funcionalismo, tais mudanças na Constituição deveriam assegurar a aplicação do teto de remuneração dos **servidores públicos**. A adoção do regime celetista ficaria a critério de cada esfera de governo.

Já naquela época, outra modificação sugerida ao texto constitucional tratava da flexibilização da estabilidade do servidor público. Do ponto de vista histórico, esse instituto foi adotado para combater o patrimonialismo e o uso da demissão como instrumento político. Mas há como atualizá-lo, mantendo uma forma rígida de estabilidade apenas para categorias que desenvolvam funções exclusivas de Estado e prevendo uma forma flexível para outras carreiras.

No primeiro caso, a dispensa do servidor só ocorre por falta grave ou por insuficiência de desempenho, mediante processo administrativo ou judicial. Já a estabilidade flexível comporta, além das hipóteses anteriores, a possibilidade de desligamento do servidor por necessidade da administração em razão de excesso de quadros ou devido à necessidade de reestruturação organizacional. Não é exagero dizer que muitos Estados e municípios enfrentam dificuldades para implementar programas de governo por causa de excessivos gastos com pessoal.

Enviada ao Congresso em 1995 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Emenda Constitucional 19 foi aprovada e promulgada três anos depois. Seus dispositivos valeram até 2007, quando o Supremo, pressionado por um novo governo e pelo funcionalismo, suspendeu as suas regras por meio de uma liminar.

A decisão decorreu de uma ação protocolada em 2000 por PT, PDT, PCdoB e PSB, segundo a qual a promulgação havia se dado sem a aprovação das duas Casas do Legislativo. Na semana passada, contudo, acabou prevalecendo o entendimento do ministro Gilmar Mendes e a decisão liminar foi revertida.

Ex-subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil e ex-advogado-geral da União, Gilmar Mendes acompanhou o caso desde sua gestação. E já havia votado em 2021, antes de o ministro Nunes Marques pedir vista. À época, argumentou que teria ocorrido apenas um ajuste redacional em um texto já aprovado pela Câmara. Portanto, o rito teria seguido todos os trâmites.

A recente decisão não muda a situação dos servidores atuais estatutários, pois seus efeitos serão apenas para as contratações futuras. No Judiciário, por exemplo, acredita-se que não haverá mais motivos para analistas serem contratados pelo regime único. Nos municípios, acrescenta-se, é razoável que o cargo de auditor fiscal tenha total estabilidade-o mesmo não precisaria ocorrerem outros casos. Só isso já seria capaz de reduzir substancialmente a pressão sobre a Previdência e dar mais eficiência ao Estado no longo prazo, argumentam.

É possível dizer que, na prática, enfim foi feita uma reforma administrativa. Porém, há ainda próximos passos a serem dados: no julgamento, os ministros do Supremo também determinaram que os Legislativos federal, estaduais e municipais façam leis para criar os cargos e os respectivos regimes de contratação.

Interessa aos prefeitos recém-eleitos aderirem a esse esforço. Afinal, medidas de ajuste sempre são bem-vindas em início de mandato, longe de pressões eleitorais. Também é um bom momento para que os governos federal e estaduais aproveitem a oportunidade de modernizar a máquina pública, ainda que sejam conhecidas as resistências de alas do Executivo em relação à reforma administrativa.

A equipe econômica estava ciente da movimentação do Supremo, assim como a área jurídica do governo Lula. Inclusive, a conclusão do julgamento ocorreu após o pedido para que os demais Poderes firmassem um pacto em busca da recuperação do grau de investimento e em meio às definições do pacote que visa a sustentabilidade do arcabouço fiscal. O Congresso, que vinha cobrando do Planalto uma reforma administrativa, deveria aproveitar a renovação das mesas diretoras para dar impulso às regras que complementam a iniciativa do Judiciário. Como era de se esperar, a reação do funcionalismo já começou

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188040?page=24§ion=1>

Ministério da Defesa vai ser incluído no pacote do corte de gastos

Priscilla Mazonotti - repórter da Rádio Nacional

Ministério da Defesa será incluído no pacote do corte de gastos. O ministro José Múcio se reúne na manhã desta quarta-feira, 13, com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, para discutir o desenho das medidas: como e onde serão feitos esses cortes antes de encaminhar o texto ao Palácio.

À tarde, o ministro da Defesa se encontra com o presidente Lula no Palácio do Planalto. Essa inclusão do ministério no pacote foi feita a pedido do próprio Lula antes de concluir as medidas. Nessa terça-feira, o dia também foi de conversas nesse sentido, mas com outros ministérios. Os da área social para discutir alterações no **saque aniversário** do **FGTS** e a concessão de crédito consignado privado por meio do eSocial.

Fernando Haddad já se reuniu com outros ministros. Está conversando com cada um. E depois, será a vez do Congresso de detalhar as propostas aos presidentes das duas casas para garantir a aprovação, segundo o próprio Haddad, até o fim do ano, antes do recesso, que começa no dia 23 de dezembro.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-11/ministerio-da-defesa-sera-incluido-no-pacote-do-corte-de-gastos>

Os desafios do agro ante a reforma tributária (Artigo)

Tirso Meirelles

Tirso Meirelles Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp)

A **reforma tributária** busca simplificar o sistema fiscal e unificar **tributos** como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Nessa sistemática, o IVA terá um componente federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços, e um Estadual, o Imposto sobre Bens e Serviços. Além disso, houve a criação de um novo tributo federal, o Imposto Seletivo.

O tema tem gerado intensos debates no setor agropecuário, uma vez que o impacto sobre o agronegócio pode ser significativo, especialmente porque o setor conta com uma série de regimes diferenciados.

Um dos principais pontos de preocupação, que tem movimentado entidades, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), é o aumento da carga tributária sobre insumos, operações e produtos agropecuários, que poderia comprometer a competitividade do setor.

Atualmente, o agronegócio adquiriu isenções e alíquotas reduzidas, por motivo de segurança alimentar, especialmente em **tributos** como o ICMS sobre insumos e produtos agropecuários. A nova proposta, no entanto, sugere a tributação ampla de bens e serviços em todas as etapas da cadeia produtiva, o que poderia afetar diretamente o custo dos insumos agrícolas, como fertilizantes, defensivos e maquinário.

A simplificação tributária, com a sobreposição de **tributos** federais, estaduais e municipais, pode reduzir a burocracia e os custos administrativos para os produtores rurais e as empresas do agronegócio.

Hoje, além dos **impostos** em cascata, muitos produtores enfrentam dificuldades para entender e cumprir com as diferentes exigências fiscais, o que aumenta a ineficiência e os custos operacionais.

Nesse sentido, a reforma pode trazer uma estrutura mais clara e previsível para o setor.

No entanto, a transição para o novo sistema pode ser desafiadora.

Muitos produtores temem uma mudança profunda no sistema, sem o tempo necessário para adaptação e correção de eventuais distorções.

Além disso, há incertezas sobre como os créditos tributários gerados na exportação, compra de insumos e no processamento de produtos agrícolas seriam compensados ao longo da cadeia produtiva.

Caso não haja uma compensação adequada e transparente, os produtores podem sofrer com aumento de custos, pela cumulatividade dos **tributos**. Além de provocar aumento do custo de vida da população.

Produtores temem mudança no sistema, sem o tempo necessário para adaptação e correção de distorções

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pacote passa por mudança no reajuste do mínimo

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

O esboço do pacote de medidas a ser proposto ao Congresso Nacional pelo Executivo passa por mudança na lei de reajuste do salário mínimo, no seguro-desemprego, no abono salarial e na previdência dos militares.

Para o salário mínimo a ideia é garantir a **inflação** e um ganho real até o limite de 2,5% previsto no arcabouço sem a variação do **PIB** de dois anos antes. Para o seguro-desemprego, a proposta é reduzir sua duração, hoje de, no máximo, cinco meses, além da elegibilidade do abono salarial, pago para quem recebe até dois salários mínimos.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, resistiu ao fim da multa de 40% do FGTS e foi convencido a aceitar as propostas sob o argumento de que o pacote incluirá uma nova proposta de taxaço sobre grandes fortunas.

Na Fazenda, porém, não se aposta que a Câmara, que derrubou esta proposta no âmbito da **reforma tributária** há menos de 30 dias, por 262 votos a 236, se disporá a mudar sua posição.

Educação e Saúde não terão cortes expressivos. Entre as propostas que cobriam a conta "do outro lado" está uma reforma da previdência dos militares. No governo Jair Bolsonaro, eles passaram por uma reforma que aumentou sua alíquota e o tempo de contribuição mas dobrou o número de benefícios que eles recebem no momento da aposentadoria. É possível mexer nesses benefícios por lei ordinária, que precisa apenas de maioria simples no Congresso.

A negociação com as Forças Armadas para que uma reforma seja aceita passa por alterações também nos supersalários do serviço público civil, especialmente do Judiciário, e nos seus benefícios previdenciários. O risco de se tentar fazer isso por meio do PL que tramita no Congresso é o de ampliar os privilégios dessas carreiras.

Ainda não se sabe o quanto o ajuste alcançará as emendas parlamentares. No projeto de lei aprovado na Câmara, a pretexto de atender as exigências de transparência do Supremo Tribunal Federal, os deputados elevaram sua dotação dos R\$ 38 bilhões

previstos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para R\$ 48,8 bilhões. O presidente não abre mão de uma contribuição do Congresso para o ajuste, mas a armadilha que está montada sujeita o Executivo a moderar a demanda sob o risco de o conjunto do pacote ser rechaçado por parlamentares desprovidos de seu quinhão orçamentário.

Ainda não se sabe quando o pacote será anunciado. Há os que defendem que as medidas venham ainda nesta semana. Por não exigirem anterioridade fiscal, como a **reforma tributária**, há uma ala que advoga parcimônia no detalhamento das medidas, o que poderia levar o pacote para depois do encontro do G20, que acontece nos dias 18 e 19 no Rio.

Como, no dia 20, acontece a visita de Estado do presidente chinês, Xijiping, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília, se o pacote ficar para a próxima semana, não seria antes do dia 21.

Governo não bateu martelo se anúncio de medidas se dará antes ou depois do G20

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188040?page=24§ion=1>

Senadores pedem isenção de castanhas, açaí, pamonha e bacalhau na cesta básica da reforma tributária

Vinicius Barboza

Os senadores que discutem a regulamentação da **reforma tributária** já protocolaram ao menos 14 emendas que pedem a inclusão de novos alimentos na cesta básica isenta de **impostos**.

Dentre os pedidos mais recentes está uma emenda do senador Flávio Bolsonaro (PL -RJ) enviada na última quarta-feira (6) pedindo a isenção de itens como açaí , pamonha , curau , melado, rapadura, açúcar mascavo, doce de leite , vinagre e até água mineral.

Outras emendas solicitam que produtos como bacalhau , óleo de algodão, sucos sem adição de açúcar e conservantes, fungos, castanhas, mate, alimentos hipoproteicos (com baixo teor de proteína) e mel sejam 100% isentos.

Se aprovadas, as emendas que pedem a inclusão de itens na cesta básica fariam a lista dobrar de tamanho, saltando de 26 para ao menos 52 produtos.

Dentre as 1.642 emendas à **reforma tributária** propostas no Senado , ao menos 16 tratam especificamente da cesta básica nacional. Duas tentam impedir que a lista de alimentos que compõem a cesta seja avaliada de tempos em tempos.

Os senadores argumentam que a isenção desses itens adicionais seria importante devido ao valor nutricional dos alimentos e à importância regional e cultural dos produtos -casos do açaí, típico no Norte brasileiro, e do bacalhau, consumido em festividades cristãs.

Traçada como uma medida favorável às classes mais vulneráveis, algumas das emendas fariam a cesta básica ficar menos voltada a itens tidos como essenciais. Produtos como a castanha-de-caju e o bacalhau, por exemplo, custam hoje mais de R\$ 100/kg em algumas redes de supermercado.

A **reforma tributária** está em análise pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado. Só nesta semana, ao menos quatro audiências públicas serão realizadas.

As emendas são analisadas pelo relator do projeto na Casa, o senador Eduardo Braga (MDB -AM). O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD -MG), estima que o projeto seja votado em 4 de dezembro.

A cesta básica da **reforma tributária** tornará seus produtos 100% isentos da cobrança do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

A lista aprovada na Câmara dos Deputados em julho prevê a isenção de 26 categorias, incluindo as carnes, incluídas no projeto de última hora :

*Itens que não estão na cesta básica de 22 itens, mas que também teriam isenção de 100% de **impostos**

Uma segunda lista propõe que outras 12 categorias de produtos tenham a incidência de imposto, mas com alíquotas 60% menores.

Embora a cesta básica tenha sido elaborada sob o argumento de favorecer os mais pobres, a isenção de imposto pode não chegar no consumidor final e aos mais vulneráveis, e ainda elevar a alíquota geral do IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

"O preço do alimento ao consumidor tem diversos fatores. Claro que a tributação é relevante, mas custos com **inflação** , transporte e produção são mais impactantes", diz Eduardo Lourenço, do escritório Maneira Advogados.

"Os efeitos dessa desoneração podem ser limitados, ou até contraproducentes, devido à forma como os benefícios fiscais são distribuídos ao longo da cadeia produtiva e comercial", diz Rafael Ujvari, especialista em direito tributário do escritório Briganti Advogados.

"O benefício fiscal muitas vezes não chega diretamente ao consumidor final. Em vez de repassar os descontos para o preço de venda, intermediários como produtores, distribuidores e varejistas frequentemente absorvem os benefícios, mantendo os preços elevados e se aproveitando da isenção para aumentar suas margens de lucro", afirma.

Ujvari entende que outras soluções devem ser pensadas pelos parlamentares a fim de reduzir os custos repassados às classes mais pobres. Além disso, alerta que a isenção proposta pela cesta básica pode comprometer o caixa de estados e municípios, a depender do tamanho da renúncia fiscal.

O frango, o leite em pó e o pasteurizado, o café em pó e em grãos e o óleo de soja ficaram mais caros em oito capitais brasileiras em outubro na comparação com o mês anterior, aponta a plataforma Cesta de Consumo, pesquisa da FGV Ibre e da Neogrid.

O levantamento mensal monitora os preços de até 50 produtos nas cidades de São Paulo , Rio de Janeiro , Belo Horizonte , Brasília , Curitiba , Salvador , Fortaleza e Manaus . Os resultados contemplam 19 dos 26 itens que constam da cesta aprovada pelos deputados em julho.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Outros itens que aumentaram de preço no mesmo período nas oito capitais do estudo foram manteiga, margarina, farinha de trigo e batata congelada -sendo a última a única a não integrar a lista em análise no Senado.

O óleo teve a maior alta no Rio, com seu preço subindo 3,3% na mesma base de comparação. A capital carioca, inclusive, tem a cesta básica mais cara dentre as cidades pesquisadas -R\$ 1.009,11, a única acima de R\$ 1.000.

A farinha de mandioca, outro produto da cesta básica da tributária, subiu 5,3% no Rio, e as carnes suínas, 5,6% em Manaus. Itens como arroz, massas e queijos sofreram alta em 7 das 8 cidades da pesquisa.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/senador-es-pedem-isencao-de-castanhas-acai-pamonha-e-bacalhau-na-cesta-basica-da-reforma-tributaria.shtml>

Lula recebe Pacheco no Planalto

Por Guilherme Mazui, Kevin Lima, g1 - Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu nesta quarta-feira (12), no Palácio do Planalto, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Também foram chamados para o encontro os senadores Otto Alencar (PSD-BA), líder do governo no Senado, e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Alcolumbre é o favorito para suceder Pacheco como presidente do Senado a partir de fevereiro de 2025. Otto, por sua vez, é cotado para assumir a CCJ no próximo ano.

Segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o encontro foi acertado para tratar de pautas do interesse do governo no Senado.

O Planalto deseja até o fim deste ano concluir a aprovação do projeto que trata do mercado de carbono, a regulamentação da **reforma tributária** e a proposta sobre emendas parlamentares.

O governo, segundo o ministro, também quer discutir com os senadores as indicações para agências que precisam ser feitas. Há vagas em órgãos como

Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Águas (ANA) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O encontro ocorreu em meio às discussões do governo sobre o pacote que visa equilibrar as contas públicas e garantir a viabilidade do arcabouço fiscal, a atual regra que limite o crescimento dos gastos do governo.

O pacote depende da aprovação de projetos que serão enviados ao Congresso Nacional.

Lula é pressionado pelo mercado financeiro a reduzir despesas a fim de assegurar um cenário mais estável para as contas públicas, situação que tem pressionado a cotação do dólar e a taxa de juros definida pelo Banco Central.

As contas do governo registraram déficit de R\$ 105,2 bilhões de janeiro a setembro deste ano, segundo

dados do Tesouro Nacional. O governo espera superávit nos últimos meses do ano para compensar o saldo negativo.

Site: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/11/13/lula-recebe-pacheco-no-planalto.ghtml>

Alckmin: redução "é tendência no mundo inteiro"

» **VICTOR CORREIA**

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse que a redução da jornada de trabalho é uma "tendência no mundo inteiro", mas que debate cabe à sociedade e ao Congresso.

"Isso ainda não foi discutido, mas acho que é uma tendência no mundo inteiro. À medida que a tecnologia avança, você pode fazer mais com menos pessoas, ter uma jornada menor", ressaltou, em Baku, onde participa da COP29.

Dos integrantes do Palácio do Planalto, quem também se manifestou ontem sobre a PEC foi o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta.

"A proposta de alterar a escala 6 x 1 tem meu apoio. Toda iniciativa que tem por objetivo melhorar as condições de trabalho e a vida da classe trabalhadora terá sempre nosso apoio. Se eu estivesse na Câmara, já teria assinado a PEC. Temos uma luta histórica em defesa da redução da jornada de trabalho", declarou.

Críticas Já a Confederação Nacional da Indústria (CNI) frisou que o tema tem de ser tratado por empresas e trabalhadores em processos de negociação coletiva. Para a entidade, "uma eventual imposição por lei de limite inferior a 44 horas para o trabalho semanal não só enfraquece o processo de diálogo entre empregadores e empregados como desconsidera as variadas realidades em que operam os setores da economia, os segmentos dentro da indústria, o tamanho das empresas e as disparidades regionais existentes no país".

Também conforme a CNI, uma redução estabelecida por lei "deve produzir efeitos negativos no mercado de trabalho e na capacidade das empresas de competir, sobretudo aquelas de micro e pequeno porte".

"Assim, para a CNI, a negociação coletiva é o melhor caminho para que empresas e trabalhadores encontrem as soluções em acordo com as respectivas realidades econômicas e produtivas." Conta não fecha O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, Alexandre Furlan, afirmou que não se sustenta o argumento de que a redução de jornada estimularia a

criação de empregos. "É uma conta que não fecha. O que fomenta a criação de empregos é o crescimento da economia, que deve ser nossa agenda de país", destacou.

Por sua vez, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) se disse preocupada com a proposta de redução da atual jornada de trabalho de 44 para 36 horas semanais, sem que haja redução proporcional dos salários.

"Entre os impactos, estariam a perda de produtividade. Segundo estudo da Gerência de Economia da FIEMG, a diminuição da carga horária semanal pode resultar em uma perda de R\$ 8,5 bilhões para as indústrias brasileiras e de R\$ 38 bilhões para os setores produtivos de modo geral do país." A entidade também ressaltou que a medida pode impactar a **inflação**, pois os custos das empresas seriam repassados aos consumidores.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6636/13-11-2024.html?all=1>

Ata do COPOM reforça alertas sobre gastos públicos

Brasília - O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reforçou o alerta sobre risco fiscal na ata da última reunião, divulgada ontem, e disse que uma piora adicional das expectativas de **inflação** pode prolongar a alta de juros. O colegiado do BC destacou que a percepção dos agentes do mercado financeiro sobre o crescimento dos gastos públicos e a sustentabilidade do arcabouço fiscal vem tendo impactos relevantes sobre as expectativas e o câmbio.

Ao reforçar a necessidade de sustentabilidade das regras fiscais, o comitê falou em transparência, previsibilidade e compromisso. No **comunicado** já tinha defendido a "apresentação e execução" de medidas estruturais para o orçamento fiscal. "Uma política fiscal crível, embasada em regras previsíveis e transparência em seus resultados, em conjunto com a persecução de estratégias fiscais que sinalizem e reforcem o compromisso com o arcabouço fiscal nos próximos anos são importantes elementos para a ancoragem das expectativas de **inflação** e para a redução dos prêmios de riscos dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária", afirma o documento.

Na última quarta (6), o Copom decidiu, por unanimidade, intensificar o ritmo de alta de juros e elevou a taxa básica (Selic) em 0,5 ponto percentual, de 10,75% para 11,25% ao ano. Na ata, o colegiado repetiu que o ambiente externo permanece "desafiador", apontando como principal fator de incerteza a possível mudança na política econômica nos Estados Unidos, logo após a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais. "Com relação aos Estados Unidos, permanece grande incerteza sobre o ritmo da desinflação e da desaceleração da atividade econômica", diz o colegiado.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

O puxão de orelha do Banco Central (Editorial)

A ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) que decidiu pela elevação de 0,5 ponto percentual na taxa de juros - levando a Selic a 11,25% ao ano - trouxe novas advertências em relação à credibilidade da política fiscal do governo, inclusive com referência indireta ao esperado pacote de corte de gastos. O recado do colegiado foi muito claro sobre a possibilidade de prolongar o ciclo de alta de juros se for confirmada "uma deterioração adicional" das expectativas de **inflação**.

As mudanças no cenário externo, após a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, foram destacadas, mas nada que mudasse o tom das atas anteriores que, como essa, também falavam em "incertezas econômicas e geopolíticas relevantes". A novidade foi a referência explícita a medidas da plataforma de Trump, como estímulos fiscais e introdução de tarifas de importação.

Mas ficou evidente, no documento, que a atenção da autoridade monetária está mais concentrada nas questões domésticas.

O possível prolongamento do aperto monetário foi o principal recado do BC que, embora mais uma vez tenha evitado indicar seus próximos passos, reafirmou o compromisso de trazer a **inflação** para o centro da meta, de 3% ao ano. A **desancoragem** das expectativas, frisou o BC, "é um fator de desconforto comum a todos os membros do comitê", outra mensagem direta de que a mudança no comando do banco a partir de janeiro, quando a presidência será ocupada por Gabriel Galípolo, indicado de Lula da Silva, não significará uma alteração de rota.

Mais uma vez os membros do Copom frisaram que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal traz impactos deletérios sobre "a potência da política monetária".

Mas agora, diante das indefinições do governo sobre o pacote de cortes orçamentários para garantir a sustentabilidade do arcabouço fiscal, os diretores do BC enfatizaram que o mercado financeiro espera medidas que sejam capazes de estabilizar a dívida. "Mencionouse que a redução do crescimento dos gastos, principalmente de forma mais estrutural, pode inclusive ser indutor de crescimento econômico no

médio prazo." O alvo dessa mensagem da ata aponta, obviamente, para o fato de que, se o governo acenou com a perspectiva de um ajuste em suas contas, que o faça de forma a alicerçar o equilíbrio para o futuro, e não apenas para fechar a fatura de curto prazo. Uma frustração em relação aos cortes e a reedição de bloqueios, contingenciamentos e meros pentes-finos em benefícios assistenciais e sociais tende a piorar muito a confiança dos investidores em um governo já desacreditado, haja vista o câmbio e a curva de juros futuros. Ou, como diz a ata, "uma deterioração adicional das expectativas pode levar a um prolongamento do ciclo de aperto da política monetária".

Em outras palavras, o Banco Central está alertando o governo que o único instrumento de que dispõe para garantir a manutenção do poder de compra da moeda é a taxa de juros. Se as políticas econômica e fiscal não derem conta de frear a alta de preços que, como mostrou a última divulgação do IPCA, já está disseminada, resta ao BC manter a Selic elevada para segurar a economia e, eventualmente, acelerar o ritmo de alta.

Em outubro, a **inflação** acumulada em 12 meses chegou a 4,76%, como mostrou o IBGE, estourando o teto da meta para 2024, de 4,5%. Os diretores do BC mencionaram na reunião que alguns indicadores, como comércio e rendimentos, apresentam sinais de moderação, mas ainda muito incipientes, o que não significa que a economia possa estar iniciando uma inflexão.

Se por um lado o consumo está aquecido por causa do mercado de trabalho vigoroso, do aumento real dos rendimentos e dos programas de transferência de renda, por outro, a produtividade não cresce, o que conduz inevitavelmente à **inflação** de demanda. A **inflação** de serviços está acima do nível pretendido para o cumprimento da meta, e o BC destacou que seguirá monitorando "o momento e a magnitude do canal de transmissão de salários para preços", a despeito do incômodo de Lula da Silva.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

BC vê risco de "prolongamento" de alta dos juros

ALVARO GRIBEL BRASÍLIA

O Banco Central indicou que o ciclo de alta de juros no País pode ser mais longo do que se imaginava caso as expectativas de **inflação** continuem piorando semana a semana. O recado foi dado na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, que indicou diversos riscos não só internos (como mercado de trabalho aquecido e política fiscal sob risco), mas também externos, considerando os efeitos da eleição de Donald Trump nos EUA.

Na semana passada, o colegiado subiu os juros em 0,5 ponto porcentual, para 11,25%, no segundo aumento consecutivo, e indicou novos aumentos à frente.

Em relação ao Brasil, uma das novidades foi a inclusão da frase apontando que "uma deterioração adicional das expectativas pode levar a um prolongamento do ciclo de aperto de política monetária". Ou seja, o BC poderia manter os juros mais altos por mais tempo.

Na visão do economista Leonardo Costa, do ASA, a indicação é de que o ritmo de 0,5 ponto de alta será mantido na próxima reunião, mas o mercado não desconsidera a possibilidade de aceleração para 0,75 ponto. Luis Otávio Leal, do G5 Partners, tem visão semelhante, apontando que a curva de juros já precifica o aumento do ritmo para 0,75 ponto no encontro do Copom no mês que vem.

Sobre o cenário de **inflação**, o BC aponta problemas para todos os lados. A **inflação** de serviços está pressionada pelo mercado de trabalho mais aquecido do que se previa. Já a **inflação** no segmento de bens de consumo é impactada pelo dólar mais alto, que aumenta o preço dos produtos importados.

Mais uma vez, o BC falou em "interrupção do processo desinflacionário".

FISCAL. A política fiscal foi apontada como um desafio em diversos momentos da ata, com a necessidade de o governo Lula conseguir estabilizar a dívida pública por meio de medidas "estruturais".

"Durante a reunião, foi enfatizado o desafio de

estabilizar a dívida pública em virtude de aspectos mais estruturais do orçamento público.

Mencionou-se que a redução de crescimento dos gastos, principalmente de forma mais estrutural, pode inclusive ser indutor de crescimento econômico no médio prazo por meio de seu impacto nas condições financeiras, no prêmio de risco e na melhor alocação de recursos", disse o BC.

Sobre o cenário externo, o BC indicou que a possibilidade de mudança na política econômica dos EUA é um elemento a mais de incerteza. Sem citar Trump, o BC apontou como riscos "possíveis estímulos fiscais, restrições na oferta de trabalho e introdução de tarifas à importação".

Sem trégua

11,25% é o atual patamar da taxa básica de juros, a Selic, definido semana passada pelo Comitê de Política Monetária do BC

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contribuição da caserna

GERALDA DOCA, SÉRGIO ROXO E JENIFFER GULARTE
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

CORTE DE GASTOS

A cúpula das Forças Armadas sinalizou a integrantes do alto escalão do governo Luiz Inácio Lula da Silva disposição para discutir mudanças pontuais no regime de previdência dos militares. Entre elas, o fim da pensão para as famílias de militares expulsos das fileiras por mau comportamento e crimes. Segundo um oficial de alta patente, a medida teria pouco impacto na redução de despesas, mas seria "simbólica".

Apesar do sinal positivo, a proposta do Ministério da Fazenda para as Forças Armadas inicialmente era mais abrangente, podendo abarcar alterações não só na previdência dos militares como nas pensões para filhas solteiras. Como antecipou a colunista do GLOBO Míriam Leitão em seu blog, as medidas de ajuste nas Forças Armadas poderiam levar a uma economia de R\$ 6 bilhões.

Os comandantes do Exército, da Marinha e da Força Aérea Brasileira vão se reunir hoje com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, para discutir a inclusão dos militares no pacote de cortes de gastos que está sendo elaborado pelo governo. Durante a tarde, Lula se reúne com o ministro da Defesa, José Múcio - a presença dos comandantes no encontro ainda não está confirmada.

LULA SEM PRESSA

Auxiliares de Lula, porém, afirmam que ele não tem pressa e que os anúncios podem ficar para depois da reunião de Cúpula do G20, que ocorre na semana que vem, no Rio.

A leitura dentro do governo é que eventuais cortes no Ministério da Defesa são importantes para dar um simbolismo de que as medidas atingem a todos. Com esse mesmo argumento, o pacote pode incluir medidas de receita com foco nos mais ricos -como o imposto mínimo para milionários que está em estudo no Ministério da Fazenda.

Dentro das discussões com os militares, o fim da pensão vitalícia para as filhas solteiras, considerado um benefício polêmico, está sendo rejeitado por oficiais de alta patente. O argumento é que há direito adquirido, pois quem estava no serviço em 2000 pôde fazer a opção por mantê-lo, pagando uma adicional de

1,5% sobre o salário. A avaliação que será levada é que a medida poderá gerar disputas judiciais. Quem ingressou na carreira a partir de 2001 não teve mais direito de deixar pensão vitalícia para as filhas.

"CORTE" VIRA "AJUSTE"

A revisão do sistema de previdência dos militares, por exemplo, vem sendo defendida pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, após alerta do Tribunal de Contas da União (TCU), ao julgar as contas do presidente da República de 2023, em junho. O documento aponta a necessidade de mudanças.

Entretanto, há forte resistência por parte dos comandantes das Forças em mudar as regras. Em agosto, o ministro José Múcio anunciou a criação de um grupo de trabalho com integrantes da Aeronáutica, da Marinha e do Exército para discutir eventuais alterações. Mas, segundo interlocutores, não houve avanços. Procurado, o Ministério da Defesa não quis comentar.

Devem participar da reunião da manhã o general Tomás Paiva, comandante do Exército; o tenente-brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno, comandante da Aeronáutica; e o almirante Marcos Sampaio Olsen, comandante da Marinha. Não está confirmado se Múcio estará também.

Na terceira semana de reuniões para tratar dos cortes, a equipe de Lula não trabalha sequer com previsão de data de anúncio e está focada nas agendas e encontros bilaterais que ele terá durante a participação na Cúpula do G20, no Rio.

Embora ainda não existam detalhes sobre como e quando ocorrerá esse anúncio, interlocutores do presidente afirmam que a palavra "corte" deverá ser evitada, sendo substituída pelo termo "ajustes". Haddad tem dito que o objetivo das medidas é fortalecer o arcabouço fiscal.

PISOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Integrantes do governo envolvidos nas discussões afirmam que mudanças nos cálculos dos pisos de Saúde e Educação continuam na pauta de Lula e são vistas como uma medida provável.

O modelo apresentado a Lula propõe que os pisos deixem de ser vinculados à receita e passem a ser atualizados conforme os limites de gastos do

arcabouço fiscal, segundo o qual as despesas não podem crescer mais de 2,5% acima da **inflação**. Isso permitiria que o governo controlasse o piso de gastos em Saúde e Educação sem que elas cresçam acima do arcabouço.

A ala política do Palácio do Planalto, no entanto, avalia que a medida poderá gerar desgastes dentro do PT e em outros setores da base de esquerda de Lula, caso seja implementada. A presidente do partido, Gleisi Hoffmann, já se manifestou publicamente contra a ideia, afirmando que "não seria uma opção válida nem justa para financiar outras áreas do governo".

Há mais de uma semana, Lula vem discutindo cenários com os ministros da Educação, Camilo Santana, e da Saúde, Nísia Trindade. A desvinculação dos pisos de Saúde e Educação da receita vinha sendo defendida há algum tempo por integrantes da Fazenda e, desde a semana passada, passou a ganhar adesão entre os auxiliares do presidente.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação acelera mais para baixa renda, calcula Ipea

Lucianne Carneiro Do Rio

A **inflação** acelerou em outubro para quase todas as faixas de renda. A única exceção foi nas famílias com renda domiciliar acima de R\$ 21.059,92. Os mais pobres foram os que mais sentiram a alta de preços. Na classe de renda muito baixa (renda domiciliar menor que R\$2.105,99, a preços de janeiro de 2024), a **inflação** passou de 0,58% em setembro para 0,75% em outubro.

O grupo de renda baixa (entre R\$ 2.105,99 e R\$ 3.158,99) viu a alta acelerar de 0,55% para 0,71%, respectivamente.

Os dados são do Indicador Ipea de **Inflação** por Faixa de Renda, no qual o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) detalha a evolução da **inflação** medida pelo IPCA de acordo com a renda do domicílio, que soma o rendimento de todos os moradores. O índice do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referência para a meta de **inflação** do governo, acelerou de 0,44% em setembro para 0,56% em outubro.

Nas famílias de renda média-baixa (entre R\$ 3.158,99 e R\$ 5.264,98), a **inflação** subiu de 0,48% para 0,61% na passagem entre setembro e outubro, e nas de renda média (de R\$ 5.264,98 a R\$ 10.529,96) as taxas foram de 0,39% e 0,54%, respectivamente.

No caso do grupo de renda média-alta (renda domiciliar entre R\$ 10.529,96 e R\$ 21.059,92), a taxa foi de 0,31 % em setembro e de 0,49% em outubro. Único grupo no qual a alta da **inflação** desacelerou, os domicílios com renda acima de R\$ 21.059,92 tiveram alta de 0,27% dos preços em outubro, ante 0,33% em setembro.

A alta mais forte nos preços de alimentos (1,06%, pelo IPCA) e de energia elétrica (4,74%) ajudam a explicar, segundo o Ipea, essa alta maior da **inflação** em outubro para as famílias de renda mais baixa. Deflação em passagens aéreas (-11,5%) e combustíveis (-0,17%) aliviou a pressão nos preços para as famílias de maior rendimento.

"Em outubro, embora os grupos alimentos e bebidas e habitação tenham sido os principais pontos de pressão inflacionária para todos os estratos de renda, o

impacto altista vindo desses dois segmentos foi proporcionalmente mais forte nas classes de rendas mais baixas, dado o maior percentual do gasto com esses bens e serviços no orçamento dessas famílias", afirmou a autora do estudo, Maria Andreia Parente Limeiras.

As taxas maiores de **inflação** para os mais pobres não foram uma realidade restrita ao mês de outubro. No acumulado nos 12 meses até outubro, a faixa de renda muito baixa é a que tem a maior taxa (4,99%), enquanto a menor variação é de o grupo de renda alta (4,44%). Na média, o IPCA foi de 4,76% no período, acima do teto da meta de **inflação**, que é de 4,5%.

A **inflação** acumulada em 2024, até outubro, é mais alta na faixa de renda baixa (4,17%), enquanto o segmento de renda alta aponta a taxa menos elevada (3,2%). Pelo IPCA, a taxa é de 3,88%.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188040?page=24§ion=1>

BC indica alta de 0,5 ponto na Selic, mas mercado vê chance de aceleração

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro De São Paulo e Brasília

O Banco Central (BC) indicou na ata de sua última reunião de política monetária que, caso não haja uma deterioração ainda mais relevante do cenário, o ritmo do aperto monetário deverá ser mantido em 0,5 ponto percentual.

No entanto, com as incertezas relacionadas às medidas de contenção de gastos, os preços de mercado seguem atribuindo uma probabilidade majoritária de o Comitê de Política Monetária (Copom) acelerar o passo em dezembro, o que também já começa a ser incorporado nos cenários-base de importantes instituições do mercado.

No parágrafo 15 do documento divulgado ontem, o Copom afirma que "uma deterioração adicional das expectativas pode levar a um prolongamento do ciclo de aperto de política monetária". Ainda que a linguagem utilizada indique cautela, economistas avaliam que a opção do colegiado pela escolha do termo "prolongamento" do ciclo, em detrimento de uma eventual "aceleração", indica que há conforto com o ritmo do aperto monetário em curso. Assim, caso haja uma piora adicional no cenário, a resposta seria a de uma Selic mais elevada ao fim do ciclo de altas e não de maior rapidez para alcançar seu ponto mais alto.

"O BC subiu um pouco a barra para acelerar. O prolongamento está ligado ao orçamento total do ciclo e não a ser mais agudo em uma decisão. Dito isso, há um limite nessa estratégia. Se o ciclo precisar ser muito maior, é natural que seja necessária uma aceleração.

Mas, no detalhe, o mercado atribui uma probabilidade majoritária de 0,75 ponto de alta na próxima reunião e o documento tenta diminuir um pouco essa chance, aos olhos de hoje", afirma o economista do Santander, Marco Caruso.

A manutenção do ritmo de aperto de 0,5 ponto, no entanto, pode ser desafiada caso o anúncio das medidas de contenção de gastos - algo que se arrasta há semanas - frustre as expectativas dos agentes.

"O mercado tem se apegado à divulgação do fiscal e, com a dificuldade de os anúncios recentes trazerem

uma surpresa positiva, te deixa um pouco obrigado a manter o cenário de aceleração no radar. A eleição americana também traz a necessidade de repensar os cortes de juros nos EUA. e o global é mais um elemento que pode fazer uma alta de 0,75 ponto possível", avalia.

A leitura é semelhante à da economista-chefe para Brasil da Galapagos Capital, Tatiana Pinheiro.

Para ela, a redução de gastos atualmente em discussão no governo deve ter papel determinante na próxima decisão de juros. Por ora, a preferência do colegiado é manter o ritmo de alta da Selic em 0,5 ponto percentual por reunião, mas uma aceleração pode ocorrer se não houver uma mudança no impulso fiscal.

"A [próxima] decisão [do Copom] é em 11 de dezembro, e até lá já deu tempo de o pacote de corte de gastos ser anunciado e avaliado. E já teve a última revisão bimestral de receitas e despesas.

Além disso, devemos ter o debate no Congresso sobre o Orçamento de 2025 bastante amadurecido", diz Pinheiro, que vê esse cenário como o de base para o Copom. No entanto, "se o fiscal se mantiver igual, com impulso forte [à economia], o BC vai acelerar para 0,75 ponto percentual", prevê.

Atualmente, o cenário-base da economista é que o governo entregará um ajuste de despesas suficiente para, junto com o aperto monetário do BC, reduzir a demanda agregada ao ponto de abrir espaço para cortes na Selic na segunda metade de 2025. A projeção da casa é que a taxa básica de juros chegará ao teto de 12% e terminará 2025 em 10%.

No encerramento da sessão de ontem, as opções digitais de Copom para dezembro apontavam uma probabilidade de 44% de o BC manter o ritmo de alta da Selic em 0,5 ponto; 49% de chance de aceleração para 0,75 ponto; e 6% de probabilidade de uma elevação de 1 ponto percentual.

Em três parágrafos da ata, o próprio BC voltou a enfatizar a necessidade de ajustes mais perenes na trajetória das contas públicas.

O texto diz que "a redução de crescimento dos gastos,

principalmente de forma mais estrutural, pode inclusive ser indutor de crescimento econômico no médio prazo por meio de seu impacto nas condições financeiras, no prêmio de risco e na melhor alocação de recursos".

O economista-chefe da Asset1, Luis Cezario, trabalha com um cenário de aceleração no ritmo de altas de juros já em dezembro e uma taxa Selic de 14% ao fim do ciclo de aperto monetário.

"Minha interpretação é que, se o pacote fiscal não for suficientemente robusto para reverter essa piora das expectativas e do prêmio de risco, [o Copom] vai ter que acelerar na próxima reunião", diz o economista.

Segundo Cezario, tanto um montante menor do que o mercado espera quanto uma composição ruim no ajuste fiscal seriam suficientes para levar à "deterioração adicional" das expectativas de **inflação** citada pelo Copom na ata. Além disso, o cenário externo com a possível adoção de medidas inflacionárias nos Estados Unidos pelo novo governo Trump é um "segundo elemento que agrava a situação" doméstica, diz o economista.

Cezario avalia ainda que o BC não deverá ter espaço para cortar juros em todo o ano de 2025, mantendo a Selic em 14% pelo menos até dezembro. A projeção se baseia não só na alta **inflação** esperada para 2024 (4,8%) e 2025 (4,7%), como também na leitura de que o hiato do produto, medida de ociosidade da economia, está em torno de 2% positivos, acima da estimativa de 0,5% do BC. Mesmo com uma Selic esperada em 14%, Cezario diz que os riscos à projeção ainda parecem apontar para a necessidade de mais juros.

No documento divulgado ontem, o BC também reconhece que o cenário de curto prazo para a **inflação** se mostra mais desafiador devido à recente reavaliação nos preços de alimentos, piora nos em bens industrializados em meio à depreciação cambial e que a **inflação** de serviços segue acima do nível compatível com o cumprimento da meta.

"De fato, tem-se observado uma interrupção no processo desinflacionário, refletindo a redução de força dos diversos fatores que vinham contribuindo para a desinflação", diz o texto.

Nesse ambiente de incertezas elevadas, o ASA também passou a esperar um ritmo mais forte de alta de juros na próxima reunião. Para os profissionais da casa, embora o BC tenha se mostrado confortável com o ritmo de aperto de 0,5 ponto, o tom mais duro do **comunicado** e a expectativa de piora dos indicadores no curto prazo devem levar a autoridade a acelerar novamente o ritmo de aperto.

Assim, o ASA projeta uma alta de 0,75 ponto na Selic em dezembro, seguida de uma nova elevação de 0,75 ponto em janeiro e de um aumento final de 0,5 ponto em março, o que levaria a taxa a 13,25% no fim do ciclo, nível de juro a ser mantido até o fim do próximo ano.

Plano de voo idêntico foi traçado pela Porto Asset, que também passou a projetar uma Selic em 13,25% ao fim do ciclo de altas.

Ainda que a política fiscal tenha ganhado protagonismo nas discussões sobre política monetária, isso não significa, na opinião de Pinheiro, da Galapagos, que o Brasil esteja perto de um quadro de dominância fiscal. Segundo ela, em todas as crises das últimas décadas, a política monetária acabou por trabalhar para levar a **inflação** à meta "sem se preocupar com o impacto" da alta de juros sobre a dinâmica da dívida pública. "Um clássico caso de não dominância fiscal", resume.

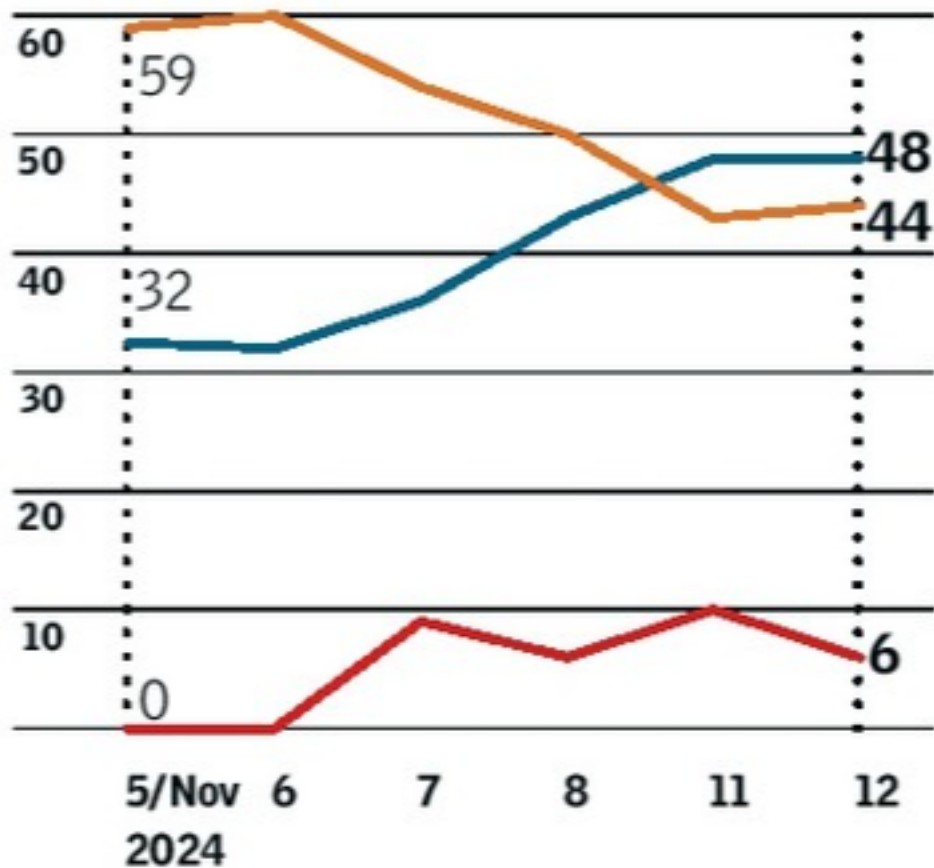
"Se o fiscal se mantiver igual, com impulso forte [à economia], o BC vai acelerar para 0,75 ponto" Tatiana Pinheiro

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188040>

Aceleração à vista?

Mercado vê chance maior de alta de 0,75 p.p na Selic

● Alta de 0,5 p.p. ● Alta de 0,75 p.p.
● Alta de 1 p.p



Fonte: B3 e Valor Pro